

Renovação do diálogo e mais solidariedade

Recentemente, apresentou-se diante de nós ocasião de renovar o diálogo internacional. Houve mudança de uma conferência de cúpula em relação a outra, entre Londres, Cartagena e Mar del Plata. A decisão de iniciar diálogo sobre os problemas da dívida entre países credores e devedores foi adotada. Trata-se, sem dúvida, de uma abertura. Os países industrializados evoluíram de sua posição inicial, que previa diálogo individual com cada um dos países devedores. Entretanto, persistem numerosas ambigüidades em relação a este diálogo. Elas explicam as preocupações dos países endividados que, recentemente, propuseram que se passasse da concepção financeira do diálogo para um tratamento político. Kissinger, em declarações recentes, apoiou essa proposta.

Entretanto, esta visão "política" foi rejeitada pelos principais países industrializados, que desconfiam dos debates vagos entre diplomatas. Na verdade, a questão real é mais simples e fundamental. Ela se refere a uma dupla exigência que os membros da Comissão de Desenvolvimento não poderão evitar em abril próximo.

1) — Diante de um risco mundial, poderemos continuar a utilizar tais reuniões como simples tribunais onde se pratica a autojustificação, em lugar de aproveitar a ocasião para avaliar a repercussão da política adotada internamente pelos diversos países? A colocação desta ques-

tão supõe o abandono do velho princípio defendido por um fabricante de automóveis, segundo o qual o que era bom para ele também era bom para seu país e para os outros. Mas, à medida que as crises atingem o plano universal, o mundo não pode mais admitir este tipo de miopia em seus dirigentes. O diálogo não pode ser útil, a menos que se estabeleça entre os países a disposição de se envolver até o ponto de admitir que suas opções nacionais, em relação à política econômica, sejam questionadas, pelo menos parcialmente.

2) — Serão os países industrializados capazes de aceitar os representantes dos países endividados como elementos tão responsáveis como eles próprios, como solidariamente responsáveis conosco, no que diz respeito à defesa do equilíbrio financeiro mundial?

Esses países demonstraram sentido de interesse coletivo, ao descartar a possibilidade de denúncia de contratos e, até mesmo, a proposta de uma coligação de devedores. Portanto, é mais que legítimo referendar tal espírito de responsabilidade. Por outro lado, nossos riscos de erro seriam diminuídos ante a aceitação de uma participação conjunta na discussão dos meios necessários para, ao longo dos próximos anos, alcançar não somente a garantia da continuidade dos pagamentos, mas também a taxa de crescimento indispensável para tal finalidade.